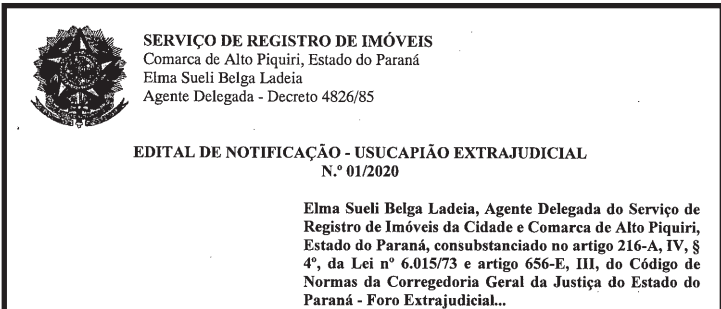
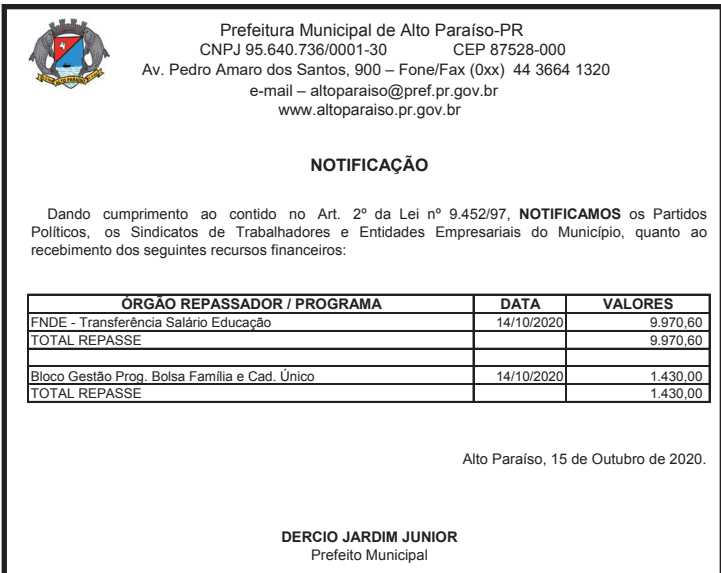
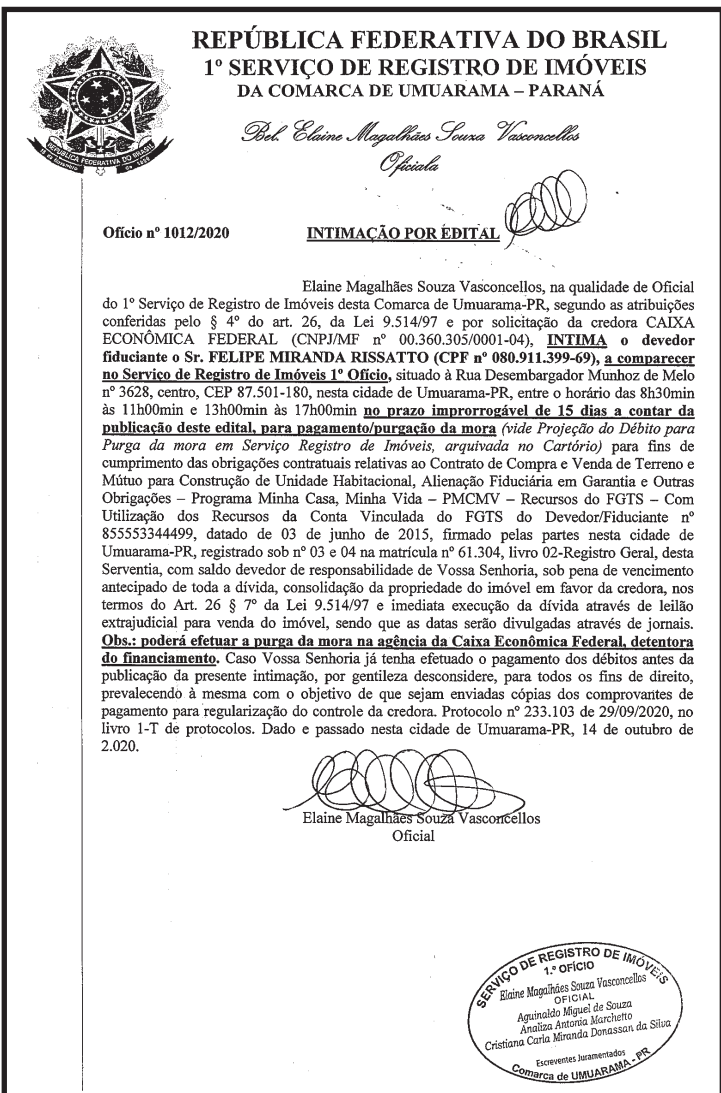


Publicações legais



Faz saber a todos quantos que este Edital vierem do conhecimento tiverem, em especial ao **SENHOR VÍTILO DAL BEM** e sua mulher **REDENTINA BIANCHI DAL BEM**, brasileiros, casados, inscritos no CPF/MF nº 013.268.569-87, residentes e domiciliados na Cidade de Brasília do DF - PR, ou eventuais herdeiros e sucessores, que foi protocolado nesta Serventia, em 10/07/2020, as 15:41 horas, o nº 56.207, no Livro I - G de Protocolo Geral, REQUERIMENTO pelo qual a Senhora **VALDELUDES BALEIRO DOS SANTOS**, brasileira, professora aposentada, portadora da C/URG nº 3.263.360-5/SSP-PR, inscrita no CPF/MF nº 527.375.439-91; e seu esposo **JOSÉ GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, aposentado, portador da C/URG nº 1.882.342-0/SSP-PR, inscrito no CPF/MF nº 280.371.549-06, ambos residentes no Estado do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, no bairro da Asa Norte, residentes e domiciliados na Avenida Brasil nº 866, Cidade de Brasília do DF - PR, requerem o reconhecimento do direito de propriedade através da **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, nos termos do artigo 216-A, da Lei nº 6.015/73, do imóvel denominado por **Data de Terras** sob nº 10, da Quadra nº 20, com a área de 360,00 metros quadrados, localizada na **Cidade de Brasília do Sul, Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná**, com os seguintes limites e confrontações: **“Ao Sudeste:** limita-se e confronta-se com o Lote de Terras nº 11, numa distância de retícula de 30,00 metros pelo Rumo: NO 54°15' SE- **Ao Sudeste:** limita-se e confronta-se com a Avenida Zelinda Teixeira Lima Bertoldo (Anígia Av. Brasil), numa distância retícula de 12,00 metros pelo Rumo: NE 35°45' SO- **Ao Nordeste:** limita-se e confronta-se com o Lote de Terras nº 9, numa distância retícula de 30,00 metros, pelo Rumo: NO 54°15' SE- **Ao Noroeste:** limita-se e confronta-se com o Lote de Terras nº 8, numa distância retícula de 12,00 metros, pelo Rumo: NE 35°45' SO- O imóvel acima descrito encontra-se inscrito sob o nº 12 no Livro de Lotação do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Umuarama, Circunscrição de loteamento, tendo como titular do domínio o Senhor Vítilo Dal Bem, acima qualificado, cujo Requerimento vem instruído com a documentação exigida por Lei. O Requerimento e a documentação que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de (15) quinze dias para exame e eventual impugnação, neste Serviço de Registro de Imóveis, localizada na Rua Independência nº 82, Centro, na Cidade de Alto Piquiri - PR, no horário das 9:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis. Assim ficam **INTIMADOS**, os titulares de domínio, herdeiros ou sucessores, terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos reais e de outros em relação ao imóvel, a apresentarem impugnação escrita perante o Oficial deste Serviço de Registro de Imóveis, com as razões de sua impugnação e discordância, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da presente publicação, sob pena de indeferimento do presente requerimento, presumir-se-ão acertos como verdadeiros, os fatos alegados pelos Requerentes, sendo reconhecida a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, com o competente registro nesta Circunscrição, como previsto no artigo 216-A, IV, § 6º, da Lei nº 6.015/73, Alto Piquiri - PR, aos seis dias de mês de Outubro do ano de dois mil e vinte (06/10/2020).


Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada
Decreto 4.826/85



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2020
Pregão Nº 49/2020
EXCLUSIVO ME E EPP
DATA DA ABERTURA: 29 de outubro de 2020.
HORÁRIO: 08:00 horas
LOCAL: EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de mobiliário planejado em geral para a unidade do CRAS e CAICAF do município de Alto Piquiri, conforme especificações do ANEXO I do edital.
TIPO: Menor Preço – Global.
REGIME CONTRATACÃO: Compras.
VALOR ESTIMADO: R\$ 48.517,80 (quarenta e quatro mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos)
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme a retirada - 30 dias após a emissão da Nota Fiscal
Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, pelo site www.altopiquiri.pr.gov.br, pelo telefone (41)4441-1444 ou no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, de Segunda à Sexta-Feira, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou pelo e-mail licitacao@altopiquiri.pr.gov.br.
Alto Piquiri - PR, 15 de outubro de 2020
LUÍZ APARECIDO RABELO JUNIOR
Pregoeiro Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião de Oliveira, 2131 - Centro - Cx. Postal 02 - 3656-1333-44 - CEP 87580-000
ALTO FIQUEIRU - Paraná
www.cmtalpoiquiru.pr.gov.br camalpi@hotmail.com
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 010/2020
CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
1º - O Presidente da Câmara Municipal de Alto Fiqueiru, Estado do Paraná, no uso das suas legais atribuições, amparado no art. 108, inciso IV do Regimento Interno desta casa de Leis, convoca os senhores vereadores para uma sessão extraordinária a ser realizada no dia 16 (dezesseis) de outubro de 2020, às 17 (dezesseite) horas.
2º - Este Ato da Presidência entrará em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS SEDIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO FIQUEIRU, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro de 2020.
GESSE ALVES DE SOUZA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 172/2020
Homologação parecer exarado por Comissão Municipal de Pregão e Equipe de Apoio sobre julgamento de propostas apresentadas em atendimento ao disposto no Edital de Pregão Presencial nº: 07/2020 de 30 de setembro de 2020 e atas óbvias providências.
CLAUDENIER GERVASIANO – Prefeito Municipal de Altonia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.
D E C R E T A
Art.1º-Fica homologado o parecer exarado pela Comissão Municipal de Pregão e Equipe de Apoio, constituída por Edital nº 07/2020 de 10 de janeiro de 2020, sobre julgamento da proposta apresentada em atendimento ao disposto no Edital de Pregão Presencial nº: 07/2020 de 30de setembro de 2020, que tinha como objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação EXCLUSIVA de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para fornecimento de material de limpeza (Lote 01) e material de limpeza (Lote 02) e material de limpeza (Lote 03) e material de limpeza (Lote 04).
Art. 2º - Declara como vencedora da concorrência a proposta de uma empresa: FARNAZORA VIDROS - ME no Lote 01, com valor total de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco reais).
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Papo Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 15 de outubro de 2020.
CLAUDENIER GERVASIANO
Prefeito Municipal

SUMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PREVIA.

UMUECO-EXPRESS LTDA, torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Prévia para Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos; Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis; Comércio varejista de madeira e artefatos a ser implantada na Estrada Aeroporto Chácara Dourada, s/n, Lote 203, Distrito de Serra dos Dourados, Município de Umuarama/Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
EXTRATO ATUA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2020
REG. PREÇO PRESENCIAL Nº 056/2020 – PMA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2020
MODALIDADE PREÇO PRESENCIAL Nº 056/2020 – REGISTRO DE PREÇOS – PMA
Em 03 dias do mês de setembro de 2020, foi homologado o Pregão Presencial – Registro de Preços 069/2020 – PMA modalidade Preço Presencial 056/2020, pelo Decreto 140/2020, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado no dia 04/09/2020, processo em que foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto na Lei nº 10.520/2002, e no Edital nº 001/2020, cujo teor encontra-se em anexo. O valor estimado do contrato é de R\$ 8.666 de 21 de junho de 2019, que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ORGAO GERENCIAL (o MUNICIPIO DE ALTINIA), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 06.941.414/0001-91, com o fornecedor, a empresa administradora na modalidade presencial, o Sr. ALTINIA REG. PRE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG nº 1.489.320.300-0, inscrita no CNPJ nº 14.915.445-0001-60, inscrita no CNPJ nº 14.915.445-0001-60, o DETENTOR DA ATA – Empresa, H R J RIGOTTO & CIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 19.415.445-0001-60, com sede à Praça Carlos Gomes, 50 – Centro – CEP 87.500-000, na cidade de Altinópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. ALTINIA REG. PRE, portador do RG 1.891.255 e CPF nº. 370.734.459-87, residente na cidade de Altinópolis, Estado do Paraná, à saber:

1. Consideram-se registrados os itens constantes em anexo.

2. O presente Registro de Preços terá validade de 06 (seis) meses, a partir da data, por sua conta, custo e risco a para a Contratação de empresa para Fornecimento de forma fracionada conforme demanda de material hidráulico e elétrico para uso em diversas secretarias e programas do Município de Altinópolis-PR.

1.2 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 06 (seis) meses a contar de sua assinatura.

Altinópolis, 09 de outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
EXTRATO Nº TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 185/2019
MUNICÍPIO DE PREÇO Nº 069/2019
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº 204 DE 19 de setembro de 2019
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA** – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ nº 000.908.089/0001-08, com sede administrativa na Rua 19 de Setembro, nº 100, Centro, e o **LABORATÓRIO DE PROTESE DENTÁRIA**, inscrito no CNPJ nº 13.475.170-01, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal** o Exmo. Sr. **CLAUDENIR GERVASO**, portador do RG nº 1.489.320 SSP/RP e CPF nº 408.411.629-72, residente e domiciliado na Rua 19 de Setembro, nº 100, Centro, e a **empresária** **Srta. SNEILTON RIBEIRO DE SOUZA**, inscrita no CNPJ nº 13.475.170-01, neste ato representada pelo Sr. **NEILTON RIBEIRO DE SOUZA**, portador do RG nº 787.780/050, CPF nº 025.418.539-07, residente na Rua Olavo Bilac, na cidade de ALTÔNIA, Estado do RP, resolve, amare o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** para a prestação de serviços de **Laboratório de Prótese Dentária** nas Modalidades **PREÇO Nº 069/2019**, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA
O presente Aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 0185/2019, tem por objeto acrescentar uma vigência de (06) seis meses para continuidade na prestação de serviços odontológicos para moldagem, confecção e conserto de próteses dentárias a serem distribuídas de forma gratuita a pessoas carentes do Município de Altônia através do Programa **Bela Vida**, em Altônia, Estado do Paraná, passando o mesmo a vigorar de 23/09/2020 à 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Em virtude do Aditivo ora realizado fica acrescido ao valor já pactuado um montante de R\$ 23.350,00 (vinte e dois mil e trezentos e cinquenta reais), para a confecção de 75 próteses dentárias.

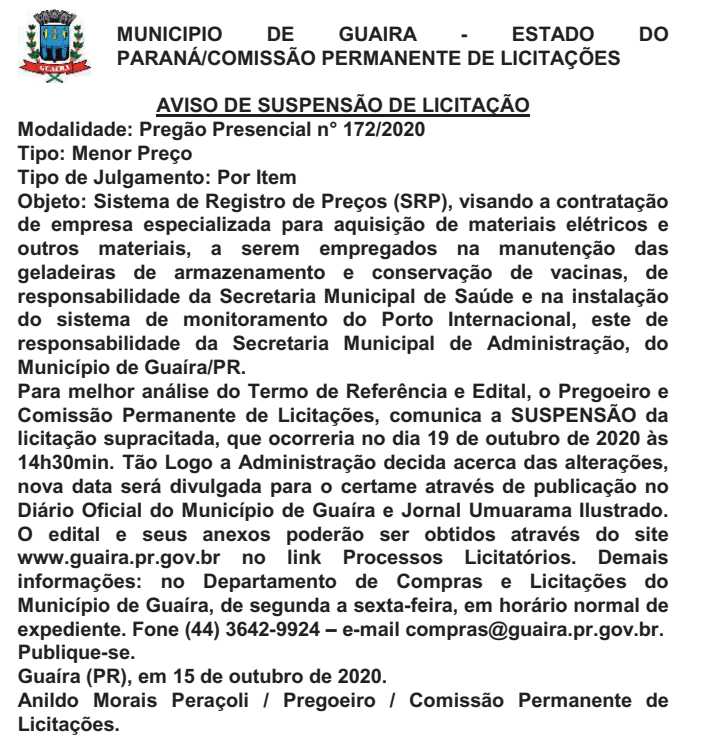
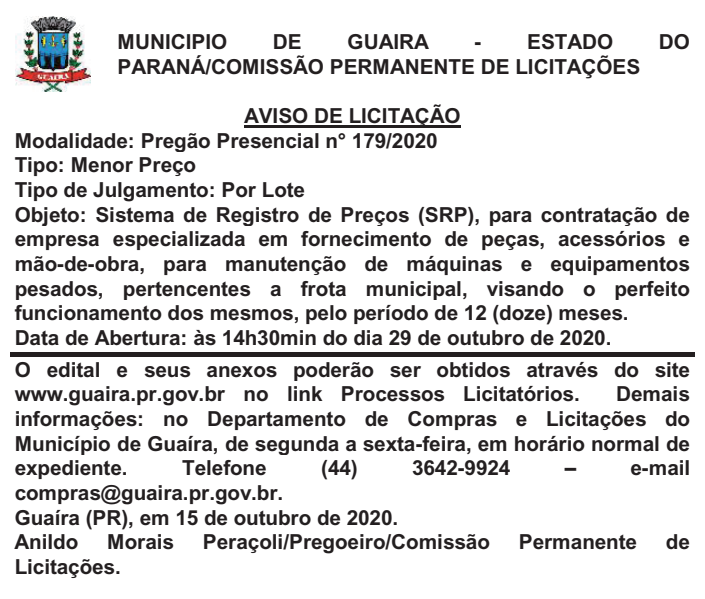
Altônia-PR, 24 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DA SUL

ESTADO DO PARANÁ
PORTEARIA Nº 081/2020.
RESOLVE: O Prefeito proceder a revisão dos atos normativos junto a Lei 541/2013, dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
I - Designar a Servidora **ÉRICA FERNANDA CAVALCANTE D'ÁVILA**, ocupante do Cargo de Procurador (a), para proceder a revisão dos atos normativos que tratam do tema diários, junto a Lei 541/2013 datada de 21 de maio de 2013.
II - Publicar.
PACO MUNICIPAL /Deputado Ulisses Guimarães., aos 14 de outubro de 2020.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DA SUI

Estado do Paraná
Lei nº 918/2020, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020
Sanção: FICA O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DA LEGISLATURA DE 2021 A 2024 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
A CAMARA MUNICIPAL DE CAZÉDUL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. – O subsídio do Prefeito Municipal, para o período 2021 a 2024, fica fixado em parcela única de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Art. 2º. – O subsídio do Vice-Prefeito Municipal, para o período 2021 a 2024, fica fixado em parcela única de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
Art. 3º. – Os subsídios dos Secretários Municipais, para o período 2021 a 2024, fica fixado em parcela única de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
Art. 4º. – Os exercentes dos cargos de que trata o artigo 3º desta Lei, mesmo não sendo detentores de cargos efetivos ou de cargo em comissão, farão jus anualmente ao 13º subsídio a título de gratificação natalina e 1/12 dias de férias remuneradas.
Art. 5º. – O Prefeito Municipal e os titulares dos cargos de que trata o artigo 3º desta Lei que sejam servidores da Prefeitura Municipal de CazéduL do Sul, funcional do Município, do Estado ou da União poderão optar pelos vencimentos do subsídio de que sejam detentores ou pelo subsídio fixado por esta lei.
Art. 6º. – O subsídio fixado no exercício do cargo de secretário municipal fica facultado ao pelo subsídio de um dos cargos.
Art. 7º. – Os subsídios fixados por esta Lei serão atualizados com base no mesmo índice de reajuste concedido ao servidor público municipal, com o limite máximo a correção inflacionária dos meses anteriores, concedido da respectiva referência, apurada segundo o indicador oficial adotado pela legislação local para efeito de proteção assegurada no Art. 37, X, da Constituição Federal.
Art. 8º. – A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de Janeiro de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de CazéduL do Sul, Estado do Paraná, aos 15 de outubro de 2020.
MÁRIO JÚLIO KAZÉDU DO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 263/2020
Data: 15.10.2020
Ementa: criação de despesas e de crédito Suplementar por SUPERAVIT financeiro do exercício de 2019 e anteriores no valor de R\$ 15.101.571,00 (cento e quinze mil, cento e um real e cinquenta e sete centavos) e dá outras providências.

O Prêmio Municipal de Guerra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria Nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica Nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com o artigo 6º, I da Lei Organizatória do art. 6º, I de 11/12/2019, bem como no artigo 43, inciso I da Lei Federal Nº 4320/04, e, considerando o memorando 0035/2020,

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ

Estado do Paraná
DECRETO Nº 265/2020
Data: 15.10.2020

Ementa: cria fontes de despesas e abre crédito suplementar no valor R\$ 113.760,00 (cento e treze mil, setecentos e sessenta reais), por excesso de arrecadação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guará, Estado do Paraná, em uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 6º, I e II da Organização Anual nº 2.118 de 11/12/2019, bem como no artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, e, considerando o memorando sob o nº 035/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor R\$ 113.760,00 (cento e treze mil, setecentos e sessenta reais), por excesso de arrecadação na forma abaixo discriminada:

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde
Programa: 200 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19
Função: 0101.0122.0057

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor R\$	
1399	33393030000000000000000000000000	Materiais de consumo	10816	54.000,00
1400	33393039000000000000000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10816	59.760,00
TOTAL				113.760,00

Art. 2º Os recursos de excesso de arrecadação são provenientes das Portarias nº 2358/2020 MS de 02.09.2020, e 2405/2020 MS de 16.09.2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guará, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2020.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DA SUL

Estado do Paraná
 Lei Nº 919/2020, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020
 O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPEZAL DO SUL, PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024,
 A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O subsídio do Presidente do Poder Legislativo Municipal para o período de 2021 a 2024, fixado em parcela única de R\$ 3.193,48 (três mil, cento e trinta reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º - O Subsídio do Vereador e os secretários da mesa Executiva do Poder Legislativo Municipal para o período de 2021 a 2024, fixado em parcela única de R\$ 3.193,48 (três mil, cento e trinta reais e quarenta e oito centavos).

Art. 3º - O presente conatoço perceberá a partir da sua posse e enquanto exercer a vereança, o valor do subsídio percebido pelo vereador.

§ 2º - O vereador ocupando o cargo de servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional do Poder Executivo da União, poderá optar pelos vencimentos do cargo efetivo de que seja detentor ou pelo subsídio fixado por esta Lei, desde que incompatível o exercício da vereança com o de servidor público.

Art. 3º - Os subsídios fixados por esta Lei serão atualizados com base no mesmo índice de reajuste conhecido no âmbito do Poder Judiciário, para a atualização da correção inflacionária dos meses anteriores da concessão respectiva respectiva, apurada segundo o indicador oficial adotado pela legislação local para efeito da proteção assegurada no art. 37 X da Constituição Federal.

Art. 4º - O pagamento de subsídio anterior ao recebimento da desvalorização da moeda dar-se-á após decorrido um ano da instalação da Legislatura.

§ 2º - A alteração dos subsídios que trata o artigo 3º dessa Lei somente será possível se a receita corrente liquidar.

Art. 4º - O Subsídio fixado neste ato destina-se a cobertura pelo desempenho de todas as atividades parlamentares, que incluem as sessões ordinárias, as sessões deliberativas extraordinárias e sessões extraordinárias do período de 2021 a 2024.

Art. 5º - O vereador que não comparecer nas sessões Ordinárias do Poder Legislativo Municipal, será descontado (quinze por cento) de seu subsídio por sessão, salvo nos casos que o motivo da ausência for devidamente comprovada.

Art. 6º - Durante o recesso quando convocada para sessão Extraordinária, a Câmara de vereadores deliberará somente sobre a matéria da convocação e não terá os vereadores o pagamento de parcela indenizatória.

Art. 7º - A parcela única do subsídio e as hipóteses diversas das aqui relacionadas serão solucionadas à luz do Regimento Interno e legislação vigente.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capézal do Sul, Estado do Paraná, aos 15 de outubro de 2020.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DA SUL

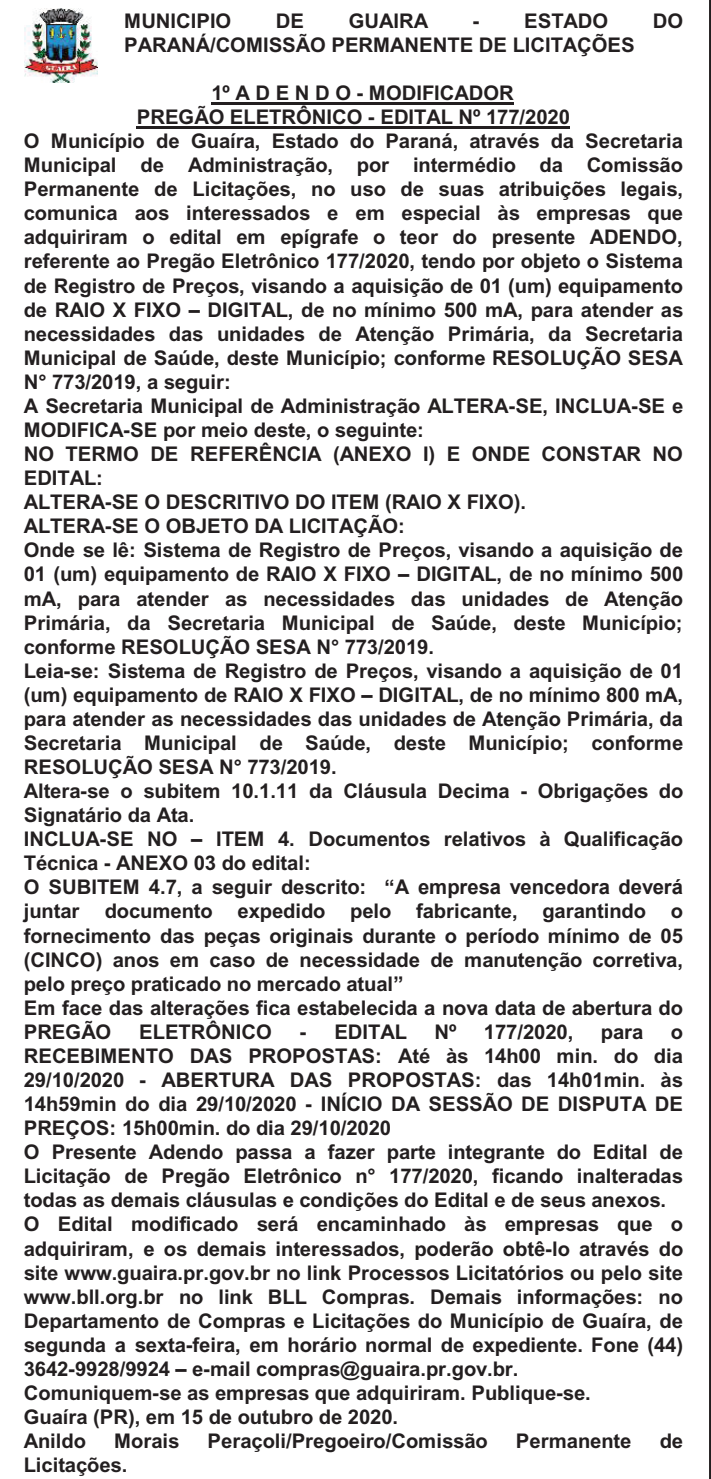
Estado do Paraná
Decreto Nº 234/2020, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020
MUNICÍPIO DE CASILHA
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2020
MODALIDADE DISPENSA Nº 40/2020
MÁRIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeito Municipal de Casilha do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, constituída pelo Decreto nº 004/2020, de 21 de janeiro de 2020,
DECRETA:
Art. 1º - A ratificação do ato da Presidente da Comissão de Licitação, que declarou dispensável a licitação, nestes termos:
- Processo de Licitação: nº 110/2020
- Modalidade: Dispensa: nº 40/2020
- Objeto: Manutenção e hospedagem de web site com espaço de 20 GB personalizado para a prefeitura municipal, com sistema administrativo para gerenciamento do conteúdo (textos, fotos, anexos, áudio e vídeos), e também sistema de gerenciamento de e-mails com espaço de 20 GB, com acesso ao domínio www.casilhasul.pr.gov.br.
Art. 2º - Fica adjudicado o objeto a empresa: INGA PUBLICIA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, perfazendo o valor de R\$ 1.000,00 (um mil e cem reais), inscrita no CNPJ nº 16.080.858/0001-08.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeito Municipal de Casilha do Sul, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro de 2020.
MÁRIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
REPÚBLICA POR INCORREÇÃO
DECRETO Nº 388 de 16 de OUTUBRO de 2020
SÚMULA – Substitui membro do Conselho Municipal de Planejamento Urbano de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná e da outra providências.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V, XXI e XXV do parágrafo 1º do artigo 76, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:
Art. 1º – Fica substituído o membro do CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO DE CRUZEIRO DO OESTE, no tocante ao:
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde, procedendo-se a inclusão de Cleicy Ferreira de Souza como titular.
Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, restando-se no que for pertinente a substituição do titular, nos termos do Decreto nº 191, de 1º de setembro de 2020.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 (DEZESSEIS) DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2020.
MARIA HELENA BERTERO RODRIGUES
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 389 DE 16 DE OUTUBRO DE 2020
A SRA. LUCIMILA Declara, ponto facultativo o dia do Servidor Público comemorado na data de 28 de outubro de 2020 e transfere sua comemoração para o dia 30 de outubro de 2020.
O ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais atinentes ao mérito administrativo, típico exercício de atribuição conferido aos ocupantes de cargos eletivos ocupantes do Poder Executivo, nos termos regimentais contidas pelos incisos V, XII e XXV do parágrafo 1º do artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Cruzzeiro do Oeste,
CONSIDERANDO que no dia 28 de outubro de 2020 é comemorado o dia do Servidor Público, conforme dispõe o artigo 1º da Lei Complementar nº 6/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cruzzeiro do Oeste, DECRETA:
Art. 1º - Ponto facultativo o dia 28 de outubro de 2020, dia do Servidor Público, transferindo sua comemoração para o dia 30 de outubro de 2020.
O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Dada em Cruzzeiro do Oeste, 16 de outubro de 2020, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 (DEZESES) DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2020.
MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 268/2020
Data: 15.10.2020
Ementa: abre Crédito Extraordinário no valor de R\$ 138.999,00 (cento e trinta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavirus - Covid-19, e nova classificação.

O Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas por Lei, considerando o disposto na Lei Federal nº 13.978, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o regime de enfrentamento do coronavírus, e a Lei Orgânica do Município de Guairá, em especial a Lei nº 1.134, de 2019, e considerando o disposto no art. 113, parágrafo 3º da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 167, § 3º da Constituição Federal, resolve:

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 81/2020, de 20 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Guairá, em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19);

Considerando as medidas administrativas já tomadas;

Considerando o memorando online sob o nº 035/2020;

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Extraordinário no valor de R\$ 138.999,00 (cento e trinta e oito mil, novecentos e nove reais) que passará a fazer parte do orçamento vigente sob a seguinte classificação:

Unidade: 9 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 900 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FOMENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19
Operacional: 0010
Referência Modalidade de Aplicação Vinculo Valor R\$
1488 33390300000000000000 - Material de consumo 10834 26.845,00
1489 33390300000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 10834 15.000,00
1490 33390300000000000000 - Material de consumo 10835 80.000,00
1491 33390390000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 10835 17.154,00
TOTAL R\$ 138.999,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto, em igual importância, por recursos provenientes das Portarias nº 267/2020 de 28.07.2020 e 2222/2020 MS de 25.08.2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2020.

HERALDO TRISTE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 283/2020
REVOGA a Portaria nº 260/2006.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica Revoogada a Portaria nº 260/2006, que concedeu pensão vitalícia o pensionista VALDIVINO PEREIRA
MAGNANI, contra o dia 15 de Outubro de 2020, em razão de seu falecimento, conforme consta na certidão de Óbito de
matrícula: 0865380155 2020 4 00002 165 00011008 13.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de Outubro de 2020.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 22/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado a Prefeitura de Esperança Nova, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.269/0001-91, com sede à Av. Juvenal Silva Braga, nº 400, contemplando dados de esterilização a vapor, Frasco 400ml, e de outro lado, a empresa FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.534.110/0001-09, com sede à Rua da Indústria, nº 6594, COQUEIRAL, na cidade de CASCAVEL/PR, neste ato representada pelo Sr. (a) PEDRO ARANA, portador (a) da CIRF nº 4.358.320-4/SESP/PR e inscrito no CPF/MF nº 614.799.429-87, nos termos nos termos da Lei Federal nº 1.120/2020, Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 118/2012 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserita nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo supracitado devidamente HOMOLOGADO, consoante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Algodão, tipo hidrófilo, em roletes, alvejado, purificado, não esteril, isento de impurezas; n. 02.	Pct	30.000	5,7900	173,70
7	Anestésico Local Injetável, com Cloridrato de Mepivacaina concentração 3% sem vaso constritor, tubet	cx	6.000	159,0000	954,00
8	Injetável Local Injetável, com Cloridrato de Articaina concentração 40mg, Epinefrina 10mg, Metab	cx	3.000	275,5000	826,50
10	Antisséptico bucal, Clorexidina Digliconato, concentração 2 %, forma farmacêutica solução alcoólica	UN	2.000	33,0000	66,00
31	Cimento de Óxido de Zinco, Tipo I, Apresentação pó e líquido; pó em frasco com aproximadamente 50 g	KIT	5.000	179,0000	895,00
34	Condicionador de cabelo à base de ácido ortofosfórico 37%, coloração azul, indicado para preparação do	cx	30.000	8,5000	255,00
39	Curativo Alveolar, com propolis, Ação cicatrizante, anestésica, anti-inflamatória e anti-microbiana	Frs	2.000	41,2000	82,40
40	Denssensibilizador de Dentina, Gel de baixa viscosidade, composto basicamente por Fluoreto de Sódio	UN	10.000	35,0000	350,00
46	Escova e massagorador de denteira, de silicone, para limpeza bucal infantil – IN	UN	30.000	10,4000	312,00
50	Escova dental para higienização de prótese dentária (dentaduras) e aparelhos ortodônticos móveis; c	UN	40.000	14,2000	568,00
52	Esquadro de Italo modelo Thompson, número 06 para restaurações de resina comam	UN	2.000	89,9000	179,80
53	Evidenciador de Placa Bacteriana em pastilhas, embaladas individualmente, em caixa com 120 Unidade	UN	2.000	37,1000	74,20
55	Fio de Sutura, nylon, sintético, monofilamento de poliamida preto, esteril, não absorvível, medindo	KIT	3.000	46,9000	140,70
57	Fio Dental, encaxe referênci embolado, fio de Sutura, nylon, sintético, monofilamento de poliamida	UN	2.000	97,4500	194,90
58	Fornecorres, para tratamento endodôntico, solução em frasco de 10 ml.	UN	1.000	10,6000	10,60
59	Hidróxido de Cálcio Endodôntico, Pá; Puro; Embalado Em Frasco contendo 10g.	UN	1.000	7,7300	7,73
61	Imagem radiográfica, filme de 35mm, tamanho 10x16cm, velocidade 400, sem revestimento plástico contendo	UN	2.000	89,9000	179,80
63	Ionômero de Vidro, para restaurações de dentes permanentes e deciduais; autopolimerizável; Kit de pó	KIT	15.000	74,0000	1.110,00
64	Kit de Acabamento e Polimento de amálgamo 8089 CA. Destinado ao acabamento, pr-polimento e polimen	KIT	2.000	61,6000	123,20
65	Liga amálgamo, com 70-75% Índio, 15-14% Cobre e 0,2-0,5% Índio, 0,2-0,5% Índio, 0,2-0,5% Índio, 0,2-0,5%	KIT	1.000	222,0000	222,00
76	Luva para cirurgia, envólucro de elastômero no formato de um simpático Jacareizinho, para camuflar a	KIT	1.000	76,0000	76,00
80	Ortodutor provisório. Frasco de 25 cm. Cimento temporário para preenchimento de cavidades dent	Frs	3.000	18,0000	54,00
81	Óxido de proteção contra o efeito da radiação ultravioleta, para aplicação em restaurações dentárias	UN	4.000	8,6900	34,76
84	Paramonoclorofenol Canforado, para tratamento endodôntico; solução em frasco com aproximadamente	UN	1.000	11,8800	11,88
85	Pasta Dental, em creme, uso adulto, em embalagem de 80 gramas. Composta por menla, monofluorotato	UN	20.000	2,2000	44,00
86	Pontas para Uso Odontológico, para contra Ângulo; em Savião de chami de vela, silicone abrasiva, Tip	UN	5.000	210,0000	1.050,00
97	Predredor de babador, metal, flexível, em silicone, "jacaré"	UN	1.000	16,6000	16,60
98	Refil para Tamborel; para apoio de lama endodôntica, descartável. Embalagem, caixa ou pacote, com 5	Pct	1.000	27,7600	27,76
104	Selante; Fotopolimerizável; para fissuras e fissuras; caixa contendo 01 Seringa de condicionador, 0	KIT	5.000	107,9000	539,50
105	Sistema Adesivo; Fotopolimerizável. Frasco 4ml, composto basicamente por solução de bis glicidime	UN	6.000	128,0000	768,00
110	Tamborel; acessório para Apoio de Lama Endodôntica, em polímero de alta performance, altura que per	UN	1.000	25,5000	25,50
117	Termômetro digital e higrômetro para medição de umidade do ar com resolução de 0,1% e precisão de	UN	1.000	97,4500	97,45
2	Mim incubadora bivolt, para incubação dos indicadores biológicos auto-contidos destinados a monitor	UN	1.000	269,0000	269,00

Total do Fornecedor
3- Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1- A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura desta ata.
2- O presente instrumento ficará disponível até 30 (trinta) dias na Divisão de Licitações do Município de Esperança Nova, após a data de sua assinatura para que a contratada retire sua via assinada. Findo o prazo, o mesmo será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Esperança Nova.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3-1- A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde.
3.2- Caberá ao usuário da Ata de Registro de Preços deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas no edital.
3-3- Caberá ainda informar ao Órgão Gerenciador da Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando a convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.
CLÁUSULA QUARTA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS
4-1- A Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura desta ata.
4.2- Caberá ao usuário da Ata de Registro de Preços deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas no edital.
4-3- Caberá ainda informar ao Órgão Gerenciador da Sistema de Registro de Preços, do não recebimento pela fornecedora da "Autorização de Compras" ou recusa de entregar qualquer produto, conforme o caso, visando a convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.
CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5-1- Os produtos deverão ser entregues no prazo de validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura desta ata.
5.2- A entrega do objeto deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após recebimento da "Autorização de Compras".
5-3- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
5-4- O recebimento dos materiais ficará sob a responsabilidade do setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Esperança Nova, com horário de atendimento das 13h00min às 17h00min, somente nos dias úteis.
5-5- Somente serão recebidos produtos com prazo de validade de no mínimo, 75% do seu prazo intêl, considerando o tempo entre a data de fabricação e a data de validade do produto. Tal medida faz-se necessária para que a Divisão de Saúde e Vigilância Sanitária não receba produtos com data de validade próxima de seu vencimento e também para que não haja vencimento do produto por possível indenização da demanda, devido à sazonalidade dos atendimentos.
5-6- A detecção, pela Divisão de Saúde e Vigilância Sanitária, a qualquer tempo durante a utilização dos produtos adquiridos, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor.
5-7- Os produtos deverão ser entregues nas embalagens originais do fabricante, em envólucro apropriado sem sinais de violação/amassado. Deverá estar de acordo com a legislação vigente quanto à embalagem e identificação dos produtos.
CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E REAJUSTES
6-1- Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
6-2- Excepcionalmente, o beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a situação econômica da empresa interessada, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevistos, ou quaisquer, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impedidas da execução do ajustado. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser encaminhada até 30 (trinta) dias a contar da data de emissão do pedido, quando o fornecedor solicitar a alteração dos preços, o fornecimento do produto, quando ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.
6-3- A atualização dos preços não ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
6-4- Independentemente da solicitação de que trata o sub item 6.2, o contratante poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de preços de mercado realizados ou quando alterações conjunturas reduções nos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.
6-5- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador do SRP notificará a fornecedora com o menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
6-6- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO
7-1- A contratada deverá observar as condições na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015, motivo pelo qual, no decorrer do período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou negócio, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção e demais legislação relacionada, devendo garantir, mediante garantias, a integridade moral, administrativa e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
8-1- O pagamento, referente à entrega do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente nº 262811-1, agência nº 4693-0, Banco do Brasil, no prazo de até 30 (trinta), contados do recebimento dos produtos constantes em cada autorização de fornecimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
8-2- A proponente deverá apresentar a documentação fiscal, a CNPJ Federal conjunta (RFB), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Certificação de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em plena validade e a cópia da respectiva nota de empenho.
8-3- Ocorrendo erro no documento fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será ajustado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo de entrega para a data da apresentação do mesmo.
8-4- Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
8-5- Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.
8-6- O Município de Esperança Nova-PR, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
8-7- Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da insolvência, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES
9-1- Da Contratada:
a) Comunicar à unidade requisitante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a qualquer anomalia, que impeça o fornecimento de qualquer produto contratado.
b) Manter as mesmas condições de habilitação.
c) Indicar o responsável pelo atendimento à Administração por todos os atos e comunicações formais.
d) Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como pelo seu transporte, até o local determinado para a sua entrega.
e) Paralisar, por determinação da administração, qualquer fornecimento de produto que esteja sob suspeita de alteração.
9-2- De Contratante:
a) Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução da Ata de Registro de Preços.
b) Promover o apontamento no dia do recebimento dos produtos, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.
c) Elaborar e manter atualizada listagem de preços que contemple a relação de produtos acrescidos da taxa de operacionalização (se for o caso), para os fins previstos nesta Ata e no termo contratual.
d) Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento da ata de Registro de Preços.
CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO
10-1- Não obstante o fato de a vencedora ser única e exclusiva responsável pelo fornecimento, objeto desta Ata de Registro de Preços, a administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL
11-1-1 Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nos seguintes casos:
a) Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas na cláusula décima segunda.
b) Manifesta impossibilidade por parte da Contratada de cumprir as obrigações assumidas pela mesma.
c) Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração.
d) Demais hipóteses previstas no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como desta Ata.
e) Liquidação judicial ou extrajudicial ou falência da Contratada.
11-2- A rescisão da Ata de Registro de Preços unilateralmente pela Administração acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como desta Ata:
a) Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços por ato próprio da Administração, lavrando-se termo circunstanciado.
b) Responsabilização por prejuízos causados à Administração.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES
12-1. Pela inexecução, total ou parcial, das obrigações assumidas e, garantida a defesa prévia, a Administração Pública poderá aplicar à contratada as seguintes sanções:
a) Multa de 5% (cinco por cento) pela falta de fornecimento de qualquer dos produtos contratados;
b) O percentual incidirá sobre o valor total do que estiver em atraso a sua entrega;
c) A partir de 5 (cinco) dias de atraso ao fornecimento do objeto, configurada a inexecução total ou parcial do contrato, e a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total desta Ata de Registro de Preços, sendo aplicadas as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
12-2. O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver.
12-3. As multas previstas não têm caráter compensatório, mas sim, moratório. Consequentemente, o pagamento delas não extingue a Contratada da reparação dos eventuais danos, o mesmo ocorrendo se o prejuízo que seu ato punível venha a acarretar à Administração.
12-4. A aplicação das sanções administrativas, inclusive as cláusulas penais, não extingue a contratada da responsabilidade civil e penal a que estiver sujeita.
12-5. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, o Edital nº 001/2020, o Edital nº 002/2020, o Edital nº 003/2020, o Edital nº 004/2020, o Edital nº 005/2020, o Edital nº 006/2020, o Edital nº 007/2020, o Edital nº 008/2020, o Edital nº 009/2020, o Edital nº 010/2020, o Edital nº 011/2020, o Edital nº 012/2020, o Edital nº 013/2020, o Edital nº 014/2020, o Edital nº 015/2020, o Edital nº 016/2020, o Edital nº 017/2020, o Edital nº 018/2020, o Edital nº 019/2020, o Edital nº 020/2020, o Edital nº 021/2020, o Edital nº 022/2020, o Edital nº 023/2020, o Edital nº 024/2020, o Edital nº 025/2020, o Edital nº 026/2020, o Edital nº 027/2020, o Edital nº 028/2020, o Edital nº 029/2020, o Edital nº 030/2020, o Edital nº 031/2020, o Edital nº 032/2020, o Edital nº 033/2020, o Edital nº 034/2020, o Edital nº 035/2020, o Edital nº 036/2020, o Edital nº 037/2020, o Edital nº 038/2020, o Edital nº 039/2020, o Edital nº 040/2020, o Edital nº 041/2020, o Edital nº 042/2020, o Edital nº 043/2020, o Edital nº 044/2020, o Edital nº 045/2020, o Edital nº 046/2020, o Edital nº 047/2020, o Edital nº 048/2020, o Edital nº 049/2020, o Edital nº 050/2020, o Edital nº 051/2020, o Edital nº 052/2020, o Edital nº 053/2020, o Edital nº 054/2020, o Edital nº 055/2020, o Edital nº 056/2020, o Edital nº 057/2020, o Edital nº 058/2020, o Edital nº 059/2020, o Edital nº 060/2020, o Edital nº 061/2020, o Edital nº 062/2020, o Edital nº 063/2020, o Edital nº 064/2020, o Edital nº 065/2020, o Edital nº 066/2020, o Edital nº 067/2020, o Edital nº 068/2020, o Edital nº 069/2020, o Edital nº 070/2020, o Edital nº 071/2020, o Edital nº 072/2020, o Edital nº 073/2020, o Edital nº 074/2020, o Edital nº 075/2020, o Edital nº 076/2020, o Edital nº 077/2020, o Edital nº 078/2020, o Edital nº 079/2020, o Edital nº 080/2020, o Edital nº 081/2020, o Edital nº 082/2020, o Edital nº 083/2020, o Edital nº 084/2020, o Edital nº 085/2020, o Edital nº 086/2020, o Edital nº 087/2020, o Edital nº 088/2020, o Edital nº 089/2020, o Edital nº 090/2020, o Edital nº 091/2020, o Edital nº 092/2020, o Edital nº 093/2020, o Edital nº 094/2020, o Edital nº 095/2020, o Edital nº 096/2020, o Edital nº 097/2020, o Edital nº 098/2020, o Edital nº 099/2020, o Edital nº 100/2020, o Edital nº 101/2020, o Edital nº 102/2020, o Edital nº 103/2020, o Edital nº 104/2020, o Edital nº 105/2020, o Edital nº 106/2020, o Edital nº 107/2020, o Edital nº 108/2020, o Edital nº 109/2020, o Edital nº 110/2020, o Edital nº 111/2020, o Edital nº 112/2020, o Edital nº 113/2020, o Edital nº 114/2020, o Edital nº 115/2020, o Edital nº 116/2020, o Edital nº 117/2020, o Edital nº 118/2020, o Edital nº 119/2020, o Edital nº 120/2020, o Edital nº 121/2020, o Edital nº 122/2020, o Edital nº 123/2020, o Edital nº 124/2020, o Edital nº 125/2020, o Edital nº 126/2020, o Edital nº 127/2020, o Edital nº 128/2020, o Edital nº 129/2020, o Edital nº 130/2020, o Edital nº 131/2020, o Edital nº 132/2020, o Edital nº 133/2020, o Edital nº 134/2020, o Edital nº 135/2020, o Edital nº 136/2020, o Edital nº 137/2020, o Edital nº 138/2020, o Edital nº 139/2020, o Edital nº 140/2020, o Edital nº 141/2020, o Edital nº 142/2020, o Edital nº 143/2020, o Edital nº 144/2020, o Edital nº 145/2020, o Edital nº 146/2020, o Edital nº 147/2020, o Edital nº 148/2020, o Edital nº 149/2020, o Edital nº 150/2020, o Edital nº 151/2020, o Edital nº 152/2020, o Edital nº 153/2020, o Edital nº 154/2020, o Edital nº 155/2020, o Edital nº 156/2020, o Edital nº 157/2020, o Edital nº 158/2020, o Edital nº 159/2020, o Edital nº 160/2020, o Edital nº 161/2020, o Edital nº 162/2020, o Edital nº 163/2020, o Edital nº 164/2020, o Edital nº 165/2020, o Edital nº 166/2020, o Edital nº 167/2020, o Edital nº 168/2020, o Edital nº 169/2020, o Edital nº 170/2020, o Edital nº 171/2020, o Edital nº 172/2020, o Edital nº 173/2020, o Edital nº 174/2020, o Edital nº 175/2020, o Edital nº 176/2020, o Edital nº 177/2020, o Edital nº 178/2020, o Edital nº 179/2020, o Edital nº 180/2020, o Edital nº 181/2020, o Edital nº 182/2020, o Edital nº 183/2020, o Edital nº 184/2020, o Edital nº 185/2020, o Edital nº 186/2020, o Edital nº 187/2020, o Edital nº 188/2020, o Edital nº 189/2020, o Edital nº 190/2020, o Edital nº 191/2020, o Edital nº 192/2020, o Edital nº 193/2020, o Edital nº 194/2020, o Edital nº 195/2020, o Edital nº 196/2020, o Edital nº 197/2020, o Edital nº 198/2020, o Edital nº 199/2020, o Edital nº 200/2020, o Edital nº 201/2020, o Edital nº 202/2020, o Edital nº 203/2020, o Edital nº 204/2020, o Edital nº 205/2020, o Edital nº 206/2020, o Edital nº 207/2020, o Edital nº 208/2020, o Edital nº 209/2020, o Edital nº 210/2020, o Edital nº 211/2020, o Edital nº 212/2020, o Edital nº 213/2020, o Edital nº 214/2020, o Edital nº 215/2020, o Edital nº 216/2020, o Edital nº 217/2020, o Edital nº 218/2020, o Edital nº 219/2020, o Edital nº 220/2020, o Edital nº 221/2020, o Edital nº 222/2020, o Edital nº 223/2020, o Edital nº 224/2020, o Edital nº 225/2020, o Edital nº 226/2020, o Edital nº 227/2020, o Edital nº 228/2020, o Edital nº 229/2020, o Edital nº 230/2020, o Edital nº 231/2020, o Edital nº 232/2020, o Edital nº 233/2020, o Edital nº 234/2020, o Edital nº 235/2020, o Edital nº 236/2020, o Edital nº 237/2020, o Edital nº 238/2020, o Edital nº 239/2020, o Edital nº 240/2020, o Edital nº 241/2020, o Edital nº 242/2020, o Edital nº 243/2020, o Edital nº 244/2020, o Edital nº 245/2020, o Edital nº 246/2020, o Edital nº 247/2020, o Edital nº 248/2020, o Edital nº 249/2020, o Edital nº 250/2020, o Edital nº 251/2020, o Edital nº 252/2020, o Edital nº 253/2020, o Edital nº 254/2020, o Edital nº 255/2020, o Edital nº 256/2020, o Edital nº 257/2020, o Edital nº 258/2020, o Edital nº 259/2020, o Edital nº 260/2020, o Edital nº 261/2020, o Edital nº 262/2020, o Edital nº 263/2020, o Edital nº 264/2020, o Edital nº 265/2020, o Edital nº 266/2020, o Edital nº 267/2020, o Edital nº 268/2020, o Edital nº 269/2020, o Edital nº 270/2020, o Edital nº 271/2020, o Edital nº 272/2020, o Edital nº 273/2020, o Edital nº 274/2020, o Edital nº 275/2020, o Edital nº 276/2020, o Edital nº 277/2020, o Edital nº 278/2020, o Edital nº 279/2020, o Edital nº 280/2020, o Edital nº 281/2020, o Edital nº 282/2020, o Edital nº 283/2020, o Edital nº 284/2020, o Edital nº 285/2020, o Edital nº 286/2020, o Edital nº 287/2020, o Edital nº 288/2020, o Edital nº 289/2020, o Edital nº 290/2020, o Edital nº 291/2020, o Edital nº 292/2020, o Edital nº 293/2020, o Edital nº 294/2020, o Edital nº 295/2020, o Edital nº 296/2020, o Edital nº 297/2020, o Edital nº 298/2020, o Edital nº 299/2020, o Edital nº 300/2020, o Edital nº 301/2020, o Edital nº 302/2020, o Edital nº 303/2020, o Edital nº 304/2020, o Edital nº 305/2020, o Edital nº 306/2020, o Edital nº 307/2020, o Edital nº 308/2020, o Edital nº 309/2020, o Edital nº 310/2020, o Edital nº 311/2020, o Edital nº 312/2020, o Edital nº 313/2020, o Edital nº 314/2020, o Edital nº 315/2020, o Edital nº 316/2020, o Edital nº 317/2020, o Edital nº 318/2020, o Edital nº 319/2020, o Edital nº 320/2020, o Edital nº 321/2020, o Edital nº 322/2020, o Edital nº 323/2020, o Edital nº 324/2020, o Edital nº 325/2020, o Edital nº 326/2020, o Edital nº 327/2020, o Edital nº 328/2020, o Edital nº 329/2020, o Edital nº 330/2020, o Edital nº 331/2020, o Edital nº 332/2020, o Edital nº 333/2020, o Edital nº 334/2020, o Edital nº 335/2020, o Edital nº 336/2020, o Edital nº 337/2020, o Edital nº 338/2020, o Edital nº 339/2020, o Edital nº 340/2020, o Edital nº 341/2020, o Edital nº 342/2020, o Edital nº 343/2020, o Edital nº 344/2020, o Edital nº 345/2020, o Edital nº 346/2020, o Edital nº 347/2020, o Edital nº 348/2020, o Edital nº 349/2020, o Edital nº 350/2020, o Edital nº 351/2020, o Edital nº 352/2020, o Edital nº 353/2020, o Edital nº 354/2020, o Edital nº 355/2020, o Edital nº 356/2020, o Edital nº 357/2020, o Edital nº 358/2020, o Edital nº 359/2020, o Edital nº 360/2020, o Edital nº 361/2020, o Edital nº 362/2020, o Edital nº 363/2020, o Edital nº 364/2020, o Edital nº 365/2020, o Edital nº 366/2020, o Edital nº 367/2020, o Edital nº 368/2020, o Edital nº 369/2020, o Edital nº 370/2020, o Edital nº 371/2020, o Edital nº 372/2020, o Edital nº 373/2020, o Edital nº 374/2020, o Edital nº 375/2020, o Edital nº 376/2020, o Edital nº 377/2020, o Edital nº 378/2020, o Edital nº 379/2020, o Edital nº 380/2020, o Edital nº 381/2020, o Edital nº 382/2020, o Edital nº 383/2020, o Edital nº 384/2020, o Edital nº 385/2020, o Edital nº 386/2020, o Edital nº 387/2020, o Edital nº 388/2020, o Edital nº 389/2020, o Edital nº 390/2020, o Edital nº 391/2020, o Edital nº 392/2020, o Edital nº 393/2020, o Edital nº 394/2020, o Edital nº 395/2020, o Edital nº 396/2020, o Edital nº 397/2020, o Edital nº 398/2020, o Edital nº 399/2020, o Edital nº 400/2020, o Edital nº 401/2020, o Edital nº 402/2020, o Edital nº 403/2020, o Edital nº 404/2020, o Edital nº 405/2020, o Edital nº 406/2020, o Edital nº 407/2020, o Edital nº 408/2020, o Edital nº 409/2020, o Edital nº 410/2020, o Edital nº 411/2020, o Edital nº 412/2020, o Edital nº 413/2020, o Edital nº 414/2020, o Edital nº 415/2020, o Edital nº 416/2020, o Edital nº 417/2020, o Edital nº 418/2020, o Edital nº 419/2020, o Edital nº 420/2020, o Edital nº 421/2020, o Edital nº 422/20

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA 001/2020

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (CDMP)

As dois dias do mês de outubro de 2020, às dezenove horas, tendo como local a Câmara Municipal, localizada na Rua Guabirola nº 677, nesta cidade de Perobal-Pr: reuniram-se em AUDIÊNCIA PÚBLICA os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Perobal (CDMP), Vereadores, e demais membros da sociedade perobalense para a apresentação e debate das deliberações realizadas pelo CDMP que ocorreram na reunião anual ordinária de 02 de dezembro de 2019. Estavam presentes na audiência os seguintes membros do CDMP: Luiz Antônio Graciano Pacheco, Beliza Aparecida Teixeira de Melo, Francisco José de Lima, Paola Jurenilda Duarte Rubio, Sidney Rafael Alves, Sirlene Maria Gobo Rodrigues, Marina Augusto Maciel Delai. O presidente Sidney Rafael Alves iniciou a audiência explicando que ao decorrer do tempo foram verificados pontos falhos a serem ajustados nas leis do Plano diretor, estes pontos foram discutidos na reunião anual ordinária do CDMP. Na referida reunião o Conselho deliberou favoravelmente sobre 13 temas, que foram apresentados nesta audiência de hoje. Estes são:

Tema 01: Alteração da redação da nomenclatura do ART.º 8, INCISO VI; ART.º 15, INCISO I, ambos da lei complementar nº 112/2018, assim como nos demais artigos das leis complementares nº 112, 113, 114, 115, 116 e 117 de 2018 onde se aplique o definido.

O CDMP é favorável à alteração:

ONDE LÊ-SE: Conselho de Habitação e/ou Conselho Municipal de Habitação (CONHAB).

PASSA-SE A LER: Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

JUSTIFICATIVA: esta é a denominação correta do respectivo conselho, já existentes, no município de Perobal.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema 02: alteração da redação da nomenclatura do Art.º 15, inciso II, da lei complementar nº 112/2018, assim como nos demais artigos das leis complementares nº 112, 113, 114, 115, 116 e 117 de 2018 onde se aplique o definido.

O CDMP é favorável à alteração:

ONDE LÊ-SE: CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (CONDEMA) PASSA-SE A LER APENAS: CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

JUSTIFICATIVA: esta é a denominação correta do respectivo conselho, já existente, no município de Perobal.

Tema 03: Retirada dos parágrafos §1º e §2º do art.º 8 da lei complementar nº 112/2018.

O CDMP é favorável à retirada dos parágrafos.

JUSTIFICATIVA: As associações de bairro do distrito do Cedro e da Vila Rural não são registradas nem reconhecidas como utilidade pública e nem cadastradas junto a prefeitura. Em virtude da pouca atividade das associações, e os poucos membros dispostos a participar, não é viável ocorrer eleição para escolher o representante.

Tema 04: Inclusão de artigo na lei complementar do Parcelamento do Solo (nº116/2018) permitindo subdivisão em áreas e testadas menores dos que as previstas para loteamentos, alterando assim a redação do ART.º 99 da Lei complementar nº 112/2018, assim como os demais artigos das leis complementares nº 112, 113, 114, 115, 116 e 117 de 2018 onde se aplique o definido.

O CDMP é favorável a permitir a subdivisão de lotes nas ZR I, ZR II, ZR III, ZCS I, ZCS II, ZEIS e ZR (Cedro) com área mínima de 180 m² e testada mínima de 7 metros; ainda é favorável que nas respectivas zonas possa ser aprovado subdivisão em "L" onde o terreno da frente deve seguir as características anteriormente descritas e o terreno dos fundos possua faixa de acesso não edificandi de 3 metros de largura, área útil de pelo menos 180 m², largura de no mínimo 10 metros e profundidade de no mínimo 7 metros. As subdivisões nas demais Zonas (ZCI, ZI, ZII e ZT) permanecem com as mesmas características mínimas para loteamentos.

Para fins de loteamento nas ZR I, ZR II, ZR III, ZEIS e ZR (Cedro) as áreas e testadas mínimas permanecem as mesmas anteriormente estipuladas.

Obs: Mapa do esquema de subdivisão em L em anexo (anexo 01).

Justificativa: As áreas e testadas mínimas estabelecidas nas leis nº 112/2018 e 116/2018 impedem padronização de lotes em loteamentos existentes e ocasionam mal aproveitamento dos mesmos, principalmente na área central, onde os terrenos possuem grande área e com grande profundidade. Pontua-se ainda que na área central (ZR I e ZCS) existem muitos terrenos com edificações distintas na frente e nos fundos.

Tema 05: retirada do inciso I do art. nº128. da lei complementar nº 112/2018

O CDMP é favorável à retirada do inciso.

JUSTIFICATIVA: O conselho de Desenvolvimento municipal já foi criado na lei complementar nº 045/2011 (lei do Plano Diretor). Não há necessidade de encaminhamento e projeto de lei para a câmara.

Tema 06: alteração do "anexo 1 - quadro de parâmetros de uso do solo", da lei complementar nº 112/2018

O CDMP é favorável à alteração.

Obs: Quadro com os coeficientes corretos em anexo (anexo 2)

JUSTIFICATIVA: Alguns coeficientes e recuos foram publicados com valores diferentes aos discutidos nas reuniões de aprovação da lei do plano diretor e propostos pela consultoria contratada. A alteração se faz necessária para o melhor aproveitamento dos lotes. Além disso faltou o zoneamento do distrito do cedro (erro na publicação)

Tema 07: alteração do "anexo 2 - áreas mínimas de estacionamento", da lei complementar nº 112/2018.

O CDMP é favorável à alteração.

Obs: Quadro com nº de vagas correto em anexo (anexo 3)

JUSTIFICATIVA: as quantidades foram publicadas com valores diferentes aos discutidos nas reuniões de aprovação da lei do plano diretor e propostos pela consultoria contratada. Os novos valores são mais adequados para o município.

Tema 08: alteração do "anexo 1 - seção transversal da via", da lei complementar nº 112/2018 assim como nos demais artigos das leis complementares nº 112, 113, 114, 115, 116 e 117 de 2018 onde se aplique o definido. Principalmente Lei do sistema viário (Lei complementar nº 114/2018).

O CDMP é favorável à alteração.

Os esquemas serão renomeados na seguinte ordem: Avenida Paraná, Rua Guilherme Bruxel, avenida Tajubá, e Ruas propostas. E no primeiro esquema onde-se lê canteiro 3,60 m, passa-se a ler 2,40 m; e onde lê-se 5,10m caixa de rolamento, passa-se a ler 5,80m.

JUSTIFICATIVA: faltou a nomenclatura das seções transversais das vias, assim como cotas da avenida Paraná ficaram erradas. Assim a nomenclatura das vias deve ser inserida e as cotas ajustadas ao correto.

Tema 09: alteração de todos os mapas do anexo 02 ao 17 (lei nº 112/2018) assim como nos demais artigos das leis complementares nº 112, 113, 114, 115, 116 e 117 de 2018 onde se aplique o definido.

O CDMP é favorável à alteração.

JUSTIFICATIVA: Todos os mapas publicados estão com a delimitação do perímetro urbano incorreta. Além disso faltaram os mapas de perímetro urbano, expansão urbana e zoneamento do distrito do cedro. Assim todos os mapas serão corrigidos, e os mapas do distrito do Cedro acrescentados ao volume.

Tema 10: inclusão das tabelas de áreas de iluminação e ventilação nos anexos da lei complementar nº 116/2018 - código de obras

O CDMP é favorável à alteração.

obs: As respectivas tabelas estão em anexo (anexo 4)

JUSTIFICATIVA: A lei do código de obras faz menção as respectivas tabelas, pois são item necessários para a correções aprovações de projetos, porém as mesmas não foram anexadas à lei.

Tema 11: alteração do artigo nº 15 da lei do parcelamento do solo (lei complementar nº 115/2019)

O CDMP é favorável à alteração.

JUSTIFICATIVA: O artigo nº 15 que só faz menção a apenas 6 tipos de loteamentos, sendo que na lei do plano diretor como visto anteriormente são previstos 10 tipos de zonas diferentes. Há Necessidade de adequar os loteamentos conforme zoneamento.

Tema 12: Publicação completa da Lei do zoneamento.

O CDMP é favorável à publicação conforme o projeto de lei elaborado pela consultoria contratada para a revisão do plano diretor, porém com as devidas alterações acima discutidas.

obs: Projeto de lei de zoneamento em anexo (anexo 5)

JUSTIFICATIVA: É extremamente necessário que as leis sejam publicadas por completo para total entendimento das mesmas.

Tema 13: alteração da lei do perímetro urbano (nº113/2018) devido à inserção do lote nº 20-d-3-a no perímetro urbano, bem como indicação da área com zoneamento de ZT, zona de transição.

O CDMP é favorável apenas se o empreendedor atender todas a exigências de infraestrutura.

OBS: O esquema parcial do novo perímetro urbano está em anexo (anexo 6)

JUSTIFICATIVA: Não há necessidade de expansão do perímetro sem a certeza de que na respectiva área serão implantados todos os serviços de infraestrutura necessários.

Sendo os 13 temas acima descritos levados a conhecimento dos presentes desta audiência, e sem que nenhuma objeção fosse pontuada; nada mais havendo para tratar, eu Paola Jurenilda Duarte Rubio laivrei, e também assino a presente ata juntamente com os demais presentes.

Membros do CDMP

Luiz Antônio Graciano Pacheco

Beliza Aparecida Teixeira de Melo

Francisco José de Lima

Paola Jurenilda Duarte Rubio

Sidney Rafael Alves

Sirlene Maria Gobo Rodrigues

Marina Augusto Maciel Delai

VEREADORES

Nome por extenso	RG
João Carlos Guimarães	30096150
Beliza, AP. T. de Melo	653410-9
Luiz Carlos Barradas	4016747-1

Membros da Sociedade

Nome por extenso	RG
João Carlos de Castro	2054147-3
CPF	00356815943
Gustavo da Mello Nogueira	12519940-5

anexo 01

anexo 3

Comércio Local	1 vaga / 70 m² (mínimo de duas vagas por unidade)
Comércio Varejista II	1 vaga / 70 m²
Deposito I,II,III	1 vaga para carga e descarga (caminhões) / 500 m²
Deposito IV,V	1 vaga / 70 m²
Uso Institucional	1 vaga para carga e descarga (caminhões)
Uso Institucional	1 vaga / 70 m²
Área de Ambulatórios e Clínicas	1 vaga / 50 m²
Hospitais Maternidades	1 vaga / 4 leitos
	1 vaga para embarque e desembarque / 30 leitos
Uso Educacional	1 vaga / 50 m²
	1 vaga para embarque e desembarque / 150 m²
Uso Religioso	1 vaga / 100 m²
Uso Recreacional (Parques e Praças)	1 vaga / 100 m²
Motéis	1 vaga / unidade
Uso para Veículos e Serviços Especiais	1 vaga / 100 m²
	1 vaga para carga e descarga (caminhões)
	1 vaga / 100 m² ou 1 vaga / 10 func. por turno
	área reservada para bicicletas e motos
Uso Industrial	

anexo 4

Ambientes	Ø min. Circular	área mínima (m²)	ilumin. Mínima	vent. Mínima	pé direito mínimo	REVEST. PAREDE	REVEST. PISO
SALAS	2,4	8	1/6	1/12	2,7	-	-
quarto principal (pelo menos um na edificação)	2,4	9	1/6	1/12	2,70	-	-
demais quartos	2,00	6,00	1/6	1/12	2,70	-	-
copa	2,00	4,00	1/6	1/12	2,70	-	-
cozinha	2,00	4,00	1/6	1/12	2,70	imp. Até 1,50m	impermeável
banheiro	1,00	2,20	1/7	1/14	2,30	imp. Até 1,50m	impermeável
Dispensa	1,00	1,80	1/7	1/14	2,30	imp. Até 1,50m	impermeável
Lavanderia	1,20	2,00	1/6	1/12	2,30	-	impermeável
Deposito	1,00	1,80	1/15	1/30	2,30	-	-
Garagem	2,40	12,00	1/15	1/30	2,30	-	impermeável
kitchenet	-	25,00	1/6	1/12	2,70	-	impermeável
corredor	0,90	-	-	-	2,70	-	-
hall	1,00	1,50	1/7	1/14	2,30	-	-
Sítio	2,00	6,00	1/10	1/20	2,00	-	-
Porão	1,50	4,00	1/10	1/20	2,00	-	-
Adega	1,00	-	-	1/30	1,90	-	impermeável
escada	0,90	-	-	-	Altura livre min. 2,10	-	-

kitchenet = um dormitório/sala/cozinha conjugados e um banheiro WC cadeirante = 1,50x1,50 com área de manobra externa. WC cadeirante = 1,50x1,70.

anexo 4 continuação

	hall prédio	hall pavimento	corredor principal	escadas	rampas
Círculo inscrito Ø min.	2,20	1,50	1,20	1,20	1,20
Área mínima (m²)	6,00	3,00	-	-	-
Ventilação mínima	1/20	1/20	-	-	-
Pé-direito mínimo (m)	2,50	2,50	2,50	2,10	2,10
Observações	1-2	2-3-4-5	6-7-8-9	10-11-12-13	14-15-16

Observações:

1. A área mínima de 6,00m² é exigida quando houver um só elevador; quando houver mais de um elevador, a área deverá ser acrescida de 30% por elevador existente.

2. Quando não houver elevadores, admite-se círculo inscrito de diâmetro mínimo de 1,20m.

3. Tolerada a ventilação por meio de chaminés de ventilação e dutos horizontais.

4. Deverá haver ligação entre o hall e a caixa de escadas.

5. Tolerada ventilação pela caixa de escada.

6. Considere-se corredores principais os que dão acesso às diversas unidades dos edifícios de habitação coletiva.

7. Quando a área for superior a 10m, deverão ser ventilados na relação 1/24 da área do piso.

8. Quando o comprimento for superior a 10m, deverá ser alargado de 0,10m por 5m ou fração.

9. Quando não houver ligação direta com o exterior, será tolerada ventilação por meio de chaminés de ventilação ou pela caixa de escada.

10. Deverá ser de material incombustível ou tratada para tal.

11. Sempre que o número de degraus exceder de 15 deverá ser intercalado por um patamar com comprimento mínimo de 1,00m.

12. A altura máxima do degrau será de 0,18m.

13. A largura mínima do degrau será de 0,28m.

14. O piso deverá ser antiderrapante para as rampas de inclinação superior a 6%.

15. A inclinação máxima será de 20% ou 10º quando para uso de veículos, e 8% para uso de pedestres.

16. A linha de ventilação mínima refere-se à relação entre a área des abertura e a área do piso.

17. Todas as dimensões são expressas em metros.

18. Todas as áreas são expressas em metros quadrados.

anexo 5 - Projeto de lei de zoneamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 082/2020.

Nomear e demitir os membros que constituirão a COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC, dando outras providências.

MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito Municipal de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 22 de dezembro de 1993, pela presente.

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os membros que constituirão a COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL – (COMPDEC) como segue:

– PRESIDÊNCIA

Presidente:

Marcio Juliano Marcolino

Adjunto:

Isabelle Cristina Nogueira Bocca

– COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL:

Coordenador:

Humberto Teixeira D’Ávila

– GRUPO DE ATIVIDADES FUNDAMENTAIS (GRAF)

Vice-Presidente e coordenador municipal de Defesa Civil:

Humberto Teixeira D’Ávila;

Diretor Operacional de Defesa Civil:

Walmir Bonifácio;

Presidente da Câmara Municipal:

Haroldo Pires Ramos

Secretaria Municipal de Saúde:

Gilemaria Simões Lima da Silva;

Secretaria de Finanças do Município:

Arão Gaspar Pacheco Filho;

Secretaria Municipal de Educação:

Sandra Lessa de Azevedo Conceição;

Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Walmir Bonifácio;

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Michele Denise Alves Sampaio;

Representante da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas:

João Luiz Matilato;

Representante do setor de Agricultura e Abastecimento:

Walmir Bonifácio;

Conselho Tutelar:

Cristina da Silva Nogueira Bocca;

Comandante da Polícia Militar:

Douglas Bonfim;

Comissão de Transportes:

Ulisses Cavalcante;

Comissão de Comunicações:

Leônildo Mendes Goes;

IV – CONSELHO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS (CENG)

Representante da APMA- Associação dos Pequenos e Médicos Agricultores:

Nataniel de Aquino Souza;

Representante da ACIBS- Associação Comercial e Industrial de Brasilândia do Sul:

Walter Massara Karim.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se.

PACO MUNICIPAL “Deputado Ulisses Guimarães”, aos 15 de outubro de 2020.

MARCIO JULIANO MARCOLINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EDITAL DE RESULTADO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2020

REF. LEILÃO Nº 002/2020

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, torna público o RESULTADO, do processo licitatório supra referido, que realizou no prédio da Câmara Municipal de Alto Paraíso, Sítio à Rua José Balthazar Rodrigues, 1849, Centro, Alto Paraíso, Estado do Paraná, no dia 15/10/2020 às 13h30min horas, na modalidade LEILÃO, o qual tem como objeto, a alienação de veículos, de diversas marcas e modelos, e de bens móveis, considerados inservíveis e/ou sucata, e de recuperação econômica para o uso do Município, separados em lotes, avaliados e discriminados:

VENCEDOR LOTE	VALOR
LUIZ CARLOS DE ALMEIDA LOTE I	12.000,00
MARIA JOSE DUARTE LOTE II	4.300,00
CELO TEIXEIRA DE SOUZA LOTE III	12.000,00
DARIO FERREIRA LOTE IV	5.100,00
T. L. BARBOSA & CIA LOTA DE MARIANA LOTE V	27.000,00
DARIO FERREIRA LOTE VI	7.000,00

FORAM CONSIDERADOS FRACASSADOS OS LOTES VII, VIII, IX E X.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, 15 de Outubro de 2020

VALDEMIR RIBEIRO SPARPAN

LEILOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
Edital de Classificação Final nº 001/2020

O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, no uso de suas atribuições legais e em atenção à comissão de Avaliação e Análise de pontuação e documentação apresentada para a solicitação de matrículas nos CMEIs do Município de Alto Piquiri, nomeada pela Portaria Nº 175/2020 de 28 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Tornar público a Classificação Geral Final das crianças que solicitaram vagas para o ano letivo de 2021 nos Centros Municipais de Educação Infantil de Alto Piquiri.

CMEI VOVO OTILIA RICHTER

Bergário I

1º Rafael Goulart Alves

Bergário II

1º Alice Araújo Velgas dos Santos

2º Ana Livia Jolo Serra

3º Heloisa Scheffer de Oliveira Biembengut

4º Augusto Magalhães dos Santos

5º Felipe de Camargo Oliveira

6º Augusto Salomão Gonçalves Rosa

7º Mariana Piller Martins

8º Maria Fernanda Martins Russoian

Maternal I

1º Emanuelly Christine Barrin da Silva

2º Anthony Goulart Quirino da Silva

3º Nicolas Mazzi

4º Henrique Gomes dos Santos

5º João Miguel Soares da Silva

6º Felipe Augusto Neri Sobrinho

7º Ana Laura Martins Batista

8º Arthur Otávio da Silva Gazzoli

9º Rita Mariana de Melo

Maternal II

1º José Augusto Severino Romano

2º Helena Cardoso Araújo

3º José Felipe da Silva Justinoano

4º Yasmin da Silva Oliveira

5º Bryan Emanuel Honório Cerqueira da Rocha

CMEI SÃO JOSÉ

Bergário I

1º Yasmin Gabrielly da Silva Ramos

2º Helena dos Santos Ferreira

3º Christofer D’Ávila Barbosa

Bergário II

1º Maria Valentina Santos Monteiro

2º Felipe da Silva de Carvalho

3º Kael Costa da Silva

4º Vinicius Henrique de Freitas Colhado

5º João Natalino da Silva Dos Santos

6º João Tobias Anzelli Palei

7º Lorenzo Barbosa Siper Campos

8º Pedro Menez Rabelo

9º Vicente Oliveira Brandão

10º Emanuel Henrique dos Santos

Maternal I

1º Maria Kaori de Azevedo Nakamura

Maternal II

1º Catarina Santos Pereira

2º Arthur D’Ávila Barbosa

3º Maria Clara de Almeida Orlandine Ferreira Paíão

Maternal I

1º Erick Ferreira Alves

2º Mateus de Jesus Delarmelino

3º Matheus Cabelli da Graça da Silva

4º Enzo Lete Peccin

5º Davi Gilro de Moura Costa

6º Arthur Freire Soares de Lima

Alto Piquiri-PR, 15 de Outubro de 2020

LUIS CARLOS BORGES CARDOSO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1352/2020, de 15/10/2020

Transfere o Ponto Facultativo referente ao Dia do Servidor Público, para o dia 30 de outubro de 2020.

Art. 1º Na data constante deste artigo, não haverá em consequência expediente de trabalho nos órgãos públicos municipais da Administração Direta e Indireta, com exceção dos serviços tidos como essenciais que, por sua natureza não podem sofrer paralisação, como: Serviços prestados na área de Saúde e Serviços prestados na Impeza Urbana.

Art. 2º Os órgãos que prestam os serviços previstos no § 1º deste artigo poderão elaborar escalas de serviços, conforme determinação da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura seguirão o Calendário Escolar.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 15 de Outubro de 2020.

LUIS CARLOS BORGES CARDOSO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 044/2020

Processo Administrativo 0169/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Altonia, Estado do Paraná, CLAUDENIR GERVASONE, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso I do Art. 25 da Lei nº. 8.665/93, RATIFICA a solicitação da a pedido da Secretaria de Saúde para CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO DAS EQUIPES DE ESTRATEGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E S.F.PARA PREENCHIMENTO DOS REFERIDOS CARGOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2020 no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), Com a Empresa M. L. REBERTE CUNHA ROSSI LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 36.126.050/0001-92, com sede à 1855, - 87550-000, na cidade de ALTONIA Estado do PR.

Os recursos para a contratação dos Serviços acima citados são oriundos da Fonte 06.002.103020006.2.034.3350-30 -Material de Consumo.

Altonia, 13 de outubro de 2020.

CLAUDENIR GERVASONE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA ELETRÔNICA, para o seguinte:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de supressão e poda de árvores no Município de Umuarama.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 08:00 horas do dia 12/11/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 às 09:30 horas do dia 12/11/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:30 horas do dia 12/11/2020.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 622.500,00 (Seiscentos e vinte e dois mil e quinhentos reais).

LICISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93 e o Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014 e Lei Municipal nº. 201/17 e Decreto Federal 10.024/2019.

O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situada à Av. Rio Branco, 3717 ou em (www.bli.org.br).

OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (41) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.

UMUARAMA, 13 DE OUTUBRO DE 2020.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

VICENTE AFONSO GASPARINI

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 197/2020

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Eletrônico nº 013/2020 – SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 013/2020 – SAÚDE, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de móveis, eletrodomésticos e equipamentos hospitalares diversos, para atender às Unidades de Saúde e Central Farmacêutica, deste Município, tendo sido declaradas vencedoras as empresas: JUSTO MOVES DE AÇO LTDA, para o item 01, S DO AGO SILVA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO - EIRELI, para o item 02, BETHEL INDUSTRIA E COMERCIO INFORMATICA – EIRELI, para os itens 03 a 09, MULTIMOSIS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, para o item 04, J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA – ME, para o item 05, CIRURGICA DURO VERDE COMERCIO DE MATERIAS MEDICAS EIRELI – EPP, para o item 06, LOTA RIO COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, para o item 07 e ANA MARIA PIRES BELEN – ME, para o item 08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revoga-se a Portaria nº 1.928/2020 de 23 de setembro de 2020.

UMUARAMA, 13 de outubro de 2020.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

CELIA CANTONI MONTEIRO DA SILVA

Secretaria de Saúde

VICENTE AFONSO GASPARINI

Secretário de Administração

Publicações Leis



MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 34/2020
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 34/2020, dando outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 34/2020, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de equipamentos e materiais odontológicos para serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pérola, Estado do Paraná, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:
FURNEDORES VALOR TOTAL R\$
ODONTOMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA-EPP 24.280,00
ODONTOSUL LTDA-EPP 6.041,10
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA-EPP 13.377,80
DIA DE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA 4.864,34
OG FARMAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI 4.711,27
AGUA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS EIRELI-ME 13.619,79
NOVA FASE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 4.570,89
Art. 2º. Fica autorizado o Departamento de Compras e Licitação a formalizar o devido contrato nos termos do artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93, e suas alterações.
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Pérola/PR, 15 de outubro de 2020.
DARLAN SCALCO
Prefeito.



MUNICÍPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
Pérola - Pr., 13 de Outubro de 2020
NOTIFICA
Dando cumprimento às disposições da Lei nº 9.452 de 20 de março de 1.997, notificamos aos Partidos, ao Sindicato dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais, compreendidos entre os dias 06/10/2020 à 13/10/2020

09/10/2020	BRASIL	6983,3	Prof. Municipal de Pérola – IPMI	6.317,35
13/10/2020	BRASIL	8072,1	Prof. Municipal de Pérola – PNAF	2.828,08
09/10/2020	BRASIL	8172,8	Prof. Municipal de Pérola – CIDADE	3.736,69
09/10/2020	BRASIL	8924,9	Prof. Municipal de Pérola – FPM	455.370,80
07/10/2020	BRASIL	8924,9	Prof. Municipal de Pérola – FPM	185.199,21
06/10/2020	BRASIL	10059,5	Prof. Municipal de Pérola – SIMPLER NACIONAL	80,42
07/10/2020	BRASIL	10059,5	Prof. Municipal de Pérola – SIMPLER NACIONAL	40,56
08/10/2020	BRASIL	10059,5	Prof. Municipal de Pérola – SIMPLER NACIONAL	21,44
09/10/2020	BRASIL	10059,5	Prof. Municipal de Pérola – SIMPLER NACIONAL	14,09
13/10/2020	BRASIL	10059,5	Prof. Municipal de Pérola – SIMPLER NACIONAL	35,33
08/10/2020	BRASIL	11117,1	Prof. Municipal de Pérola – MERENDA ESCOLAR	326,40
06/10/2020	BRASIL	15486,1	Sec. Munic. Educação – FUNDEB	2534,12
07/10/2020	BRASIL	15486,1	Sec. Munic. Educação – FUNDEB	28.321,97
09/10/2020	BRASIL	15486,1	Sec. Munic. Educação – FUNDEB	61.050,21
09/10/2020	BRASIL	19173,6	Prof. Municipal de Pérola – TRF	101.668,44
09/10/2020	CAIXA	624029,0	Fundo Municipal de Saúde – SUS CUSTEIO	9.570,19
09/10/2020	CAIXA	624029,0	Fundo Municipal de Saúde – SUS CUSTEIO	5.731,00



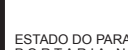
DARLAN SCALCO

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 237/12020
Abre Crédito Adicional Especial para Anulação de Dotação no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2020 e da outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONOU, para a cobertura do crédito de dotação no Orçamento Geral do Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Crédito Especial por anulação de Dotação no corrente Exercício Financeiro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados a cobrir despesas, nas seguintes dotações orçamentárias:
Fonte 494 – Saúde – Bloco de Custeio das Ações e Serviços
Órgão 07 – Secretaria de Saúde
Un. Orç. 07.03 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade10.302.00441.035 – Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos para Melhoramentos das Unidades de Saúde
El Despesa (3434)4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE..... R\$ 20.000,00
TOTAL GERAL..... R\$ 20.000,00
Art. 2º. Como fonte de recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial, constante do art. 1º, deste Lei, fica utilizada parte das dotações orçamentárias discriminadas abaixo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme segue:
Fonte 494 – Saúde – Bloco de Custeio das Ações e Serviços
Órgão 07 – Secretaria de Saúde
Un. Orç. 07.03 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade10.301.00902.130 – Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF UNIDADE..... R\$ 10.000,00
El Despesa (4503)3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA..... R\$ 10.000,00
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº 2.263/2019, e L.O. – Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei Municipal nº 2.251/2019, ambas com vigência para o exercício financeiro de 2020.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Jorge do Patrocínio, 15 de outubro de 2020.
JOSE CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.980/2020
Nomeia a submissão técnica que julgará as propostas técnicas apresentadas em processo licitatório para contratação de agência de publicidade e de propaganda, para prestação de serviços de publicidade do Município de Umuarama. O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais CONSIDERANDO, a publicação do edital de Chamamento Público nº 003/2018, objetivando a inscrição de profissionais habilitados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuam em umas dessas áreas;
CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal 12.232/2010;
CONSIDERANDO, o sorteio realizado no dia 27 de agosto de 2018, às 15:00 (quinze horas) dos nomes divulgados através da Portaria nº 2.540/2018, de 13 de agosto de 2018;
CONSIDERANDO, a existência, através de comunicação dos membros titulares Cleonice Pinó e Ana Lucia Basso Reis em participar da submissão técnica e da convocação e não aceite dos membros suplentes: Diego Aparecido Oliveira Fiebert, primeiro suplente, Fernando Neriis de Freitas, terceiro suplente e Lilian Mayara Melaes Alves, quarto suplente, por ordem de sorteio.
R E S O L V E:
Art. 1º. Nomear os membros que irão compor a submissão técnica, que julgará as propostas técnicas apresentadas em processo licitatório para contratação de agência de publicidade e de propaganda, para prestação de serviços de publicidade do Município de Umuarama.
Art. 2º. Fica nomeado o submissor técnico, conforme Anexo I desta Portaria.
Art. 3º. Fica nomeado o submissor técnico, conforme Anexo I desta Portaria.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Umuarama, 15 de outubro de 2020.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 292/2020
Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e a LDO e da outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.416 de 16 de dezembro de 2019, DECRETA:
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Município, aprovado pela Lei Municipal nº 4.416, de 16 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º. Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo I deste Decreto.
Art. 3º. Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.250/17 - PPA e nº 4.368/2019-LDO, a seguir relacionados:
I – PPA:
a) Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo;
b) – Resumo das Ações por Função/Subfunção;
c) – Classificação dos Programas e Ações por Função e Subfunção.
II – LDO:
a) Programas, Ações e Metas.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PACO MUNICIPAL, aos 13 de outubro de 2020.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I	ANEXO AO DECRETO Nº 292 DE 13/10/2020				
CANCELAMENTO DE DESPESA	CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - Início I, do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64				
ORÇÃO - 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)				
UNIDADE - 23.001 - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS	UNIDADE - 08.001 - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.D.S				
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA - 08.001 - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.D.S	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA	DA		
DESPESA - FONTE - VALOR	15.452.0008.1026	S.M.S.P. - Aquisição de Equipamento de Proteção Individual	3.3.90.30.00.00		
MATERIAL DE CONSUMO - 511	511	5.000,00			
ORÇÃO - 20 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL	ORÇÃO - 20.001 - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.D.S				
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA - 20.001 - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.D.S	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA	DA		
DESPESA - FONTE - VALOR	28.843.0030.3123	Manutenção dos Vigias Municipais	3.3.90.30.00.00	MATERIAL	DE
CONSUMO - 1000	1000	2.500,00			
TOTAL GERAL	157.500,00				
ORÇÃO - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO, PROJETOS TÉCNICOS E HABITAÇÃO	ORÇÃO - 08.002 - DIRETORIA DE OBRAS				
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA - 08.002 - DIRETORIA DE OBRAS	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA	DA		
DESPESA - FONTE - VALOR	18.541.0011.1145	Construção da Nova Célula do Aterro	4.4.90.51.00.00	OBRAS	E
INDUSTRIAS - 511	511	5.000,00			
TOTAL GERAL	157.500,00				



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 292 DE 13/10/2020
Abre Crédito Adicional Suplementar - Início I, do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64
CANCELAMENTO DE DESPESA
ORÇÃO - 23 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE - 23.001 - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA - 23.001 - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS
DESPESA - FONTE - VALOR
28.843.0030.3123
ANOTAÇÃO e Encargos de Financiamentos
3.2.90.21.00.00
JURO SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
1001
R\$ 2.500,00
Reserva de Contingência
9.999.99.00.00
Reserva de Contingência
999
R\$ 150.000,00
TOTAL GERAL
R\$ 152.500,00
ORÇÃO - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO, PROJETOS TÉCNICOS E HABITAÇÃO
UNIDADE - 08.002 - DIRETORIA DE OBRAS
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA - 08.002 - DIRETORIA DE OBRAS
DESPESA - FONTE - VALOR
18.541.0011.1145
Construção da Nova Célula do Aterro
4.4.90.51.00.00
OBRAS
E
INDUSTRIAS - 511
511
5.000,00
TOTAL GERAL
R\$ 157.500,00



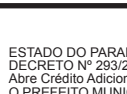
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 292 DE 13/10/2020
Abre Crédito Adicional Suplementar - Início I, do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64
CANCELAMENTO DE DESPESA
ORÇÃO - 23 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE - 23.001 - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA - 23.001 - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS
DESPESA - FONTE - VALOR
28.843.0030.3123
ANOTAÇÃO e Encargos de Financiamentos
3.2.90.21.00.00
JURO SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
1001
R\$ 2.500,00
Reserva de Contingência
9.999.99.00.00
Reserva de Contingência
999
R\$ 150.000,00
TOTAL GERAL
R\$ 152.500,00
ORÇÃO - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO, PROJETOS TÉCNICOS E HABITAÇÃO
UNIDADE - 08.002 - DIRETORIA DE OBRAS
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA - 08.002 - DIRETORIA DE OBRAS
DESPESA - FONTE - VALOR
18.541.0011.1145
Construção da Nova Célula do Aterro
4.4.90.51.00.00
OBRAS
E
INDUSTRIAS - 511
511
5.000,00
TOTAL GERAL
R\$ 157.500,00



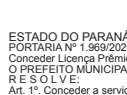
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 292 DE 13/10/2020
Abre Crédito Adicional Suplementar - Início I, do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64
CANCELAMENTO DE DESPESA
ORÇÃO - 23 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE - 23.001 - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA - 23.001 - ENCARGOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS
DESPESA - FONTE - VALOR
28.843.0030.3123
ANOTAÇÃO e Encargos de Financiamentos
3.2.90.21.00.00
JURO SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
1001
R\$ 2.500,00
Reserva de Contingência
9.999.99.00.00
Reserva de Contingência
999
R\$ 150.000,00
TOTAL GERAL
R\$ 152.500,00
ORÇÃO - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO, PROJETOS TÉCNICOS E HABITAÇÃO
UNIDADE - 08.002 - DIRETORIA DE OBRAS
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA - 08.002 - DIRETORIA DE OBRAS
DESPESA - FONTE - VALOR
18.541.0011.1145
Construção da Nova Célula do Aterro
4.4.90.51.00.00
OBRAS
E
INDUSTRIAS - 511
511
5.000,00
TOTAL GERAL
R\$ 157.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 293/2020
Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e a LDO e da outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.416 de 16 de dezembro de 2019, DECRETA:
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, aprovado pela Lei Municipal nº 4.416, de 16 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 6.485,60 (seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:
I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2019, da Fonte 300322 - Inc. Est. Saúde Bucal/PSF - exercício anterior, no valor de R\$ 116,28 (cento e dezesseis reais e vinte e oito centavos), e da Fonte 300495 - Atenção Básica - exercício anterior, no valor de R\$ 6.357,32 (seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos), conforme indicado no Anexo II.
II - provável excesso de arrecadação da Fonte 495 - Atenção Básica, no valor de R\$ 10,00 (dez reais), e da Fonte 497 - Vigilância em Saúde, no valor de R\$ 2,00 (dois reais), considerando a tendência do exercício nos termos do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64.
Art. 3º. Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.250/17 - PPA e nº 4.368/2019-LDO, a seguir relacionados:
I – PPA:
a) Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo;
b) – Resumo das Ações por Função/Subfunção;
c) – Classificação dos Programas e Ações por Função e Subfunção.
II – LDO:
a) Programas, Ações e Metas.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PACO MUNICIPAL, aos 14 de outubro de 2020.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 293 DE 14/10/2020
Abre Crédito Adicional Suplementar - Início I, do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64
SUPRAVIT FINANCEIRO
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO: CENTRO DE UROLOGIA DE UMUARAMA LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 31 de dezembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de até R\$ 262.818,00 (duzentos e sessenta e dois mil oitocentos e dezoito reais), perfazendo o valor deste termo em até R\$ 262.818,00 (duzentos e sessenta e dois mil oitocentos e dezoito reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 23/09/2020.
Termo Aditivo 003 ao contrato nº 036/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: CENTRO DE UROLOGIA DE UMUARAMA LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 31 de dezembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de até R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 05/10/2020.
Termo Aditivo 004 ao contrato nº 077/2017
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 11 de dezembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de até R\$ 176.475,00 (cento e setenta e seis mil quatrocentos e setenta e cinco reais), perfazendo o valor deste termo em até R\$ 176.475,00 (cento e setenta e seis mil quatrocentos e setenta e cinco reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/09/2020.
Termo Aditivo 002 ao contrato nº 123/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de novembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/09/2020.
Termo Aditivo 002 ao contrato nº 123/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de novembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/09/2020.
Termo Aditivo 002 ao contrato nº 123/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de novembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/09/2020.
Termo Aditivo 002 ao contrato nº 123/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de novembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/09/2020.
Termo Aditivo 002 ao contrato nº 123/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de novembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/09/2020.
Termo Aditivo 002 ao contrato nº 123/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de novembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/09/2020.
Termo Aditivo 002 ao contrato nº 123/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de novembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/09/2020.
Termo Aditivo 002 ao contrato nº 123/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de novembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/09/2020.
Termo Aditivo 002 ao contrato nº 123/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ABDO LOPES & CIA LTDA - ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Promover-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de novembro de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica mantido o valor anual do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED 3.3.90.39.00.00 - D- 126 - F- 494
CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.<